

MISSÃO FRANCESA NA USP (1934 E 1954): DOIS ACONTECIMENTOS, DOIS RECORTES

Névio de Campos*

lattes.cnpq.br/1413368977042742

Resumo: Este texto tem o objetivo de produzir uma discussão sobre o processo de recorte temporal na pesquisa histórica, tomando nosso objeto de investigação que trata da missão francesa na Universidade de São Paulo. Apoia-se na historiografia que estuda esse objeto, assim como nos documentos que estão nos Arquivos Diplomáticos e nos Arquivos Nacionais da França, na tentativa de evidenciar a fecundidade do recorte desta análise. Por fim, tais evidências são debatidas à luz das análises de Bourdieu (2013), Deleuze e Guatari (2015) e Dosse (2013) que tratam do conceito de acontecimento a fim de se construir uma reflexão sobre o desafio da delimitação temporal no ofício do historiador.

Palavras-chave: Missão francesa na USP; Delimitação temporal; Acontecimento.

USP FRENCH MISSION (1934 AND 1954): TWO EVENTS, TWO TIME CUTS

Abstract: The aim of this text is to initiate a discussion about the process of time cuts in historical research. Our research deals with the French mission at the University of São Paulo. It is based on its historiography, in addition to the documents found in the Diplomatic Archives and in the French National Archives, endeavouring to show how prolific the time cut of this research can be. Lastly, the evidence is debated in light of Bourdieu's analyses (2013), Deleuze and Guatari (2015) and Dosse (2013) who deal with the concept of the event in order to reflect on the challenge of time boundaries in the work of historians.

Keywords: USP French Mission; Time boundary; Event.

* * *

* Doutor em Educação. Docente da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Brasil). Contato: neviocessp@gmail.com.

Introdução

Este texto tem o objetivo de produzir uma reflexão sobre o processo de recorte temporal na pesquisa histórica, tomando nosso objeto de investigação que trata da missão francesa na Universidade de São Paulo. Essa pretensão tem relação com o sentido da temporalidade nas investigações historiográficas, pois o tempo é uma categoria central nos nossos estudos. Há, também, uma preocupação pedagógica, uma vez que observamos grande dificuldade no processo de definição das temporalidades nas pesquisas de mestrado e doutorado na área de história.

Entre os historiadores é conhecida a afirmação de Bloch, do livro *Apologia da história ou O ofício do historiador* (2002), de que a história é a ciência dos homens no tempo. Essa, talvez, seja uma das poucas assertivas consensualizadas entre os historiadores, pois a singularidade de nosso ofício é utilizar o conceito de tempo na produção do conhecimento. A petição pelo recorte temporal das pesquisas é uma das mais instigantes perguntas que circula entre nossos debates. Já há grande acúmulo sobre esse aspecto, já que se fez intensa discussão por diferentes movimentos historiográficos no decorrer do século XX, como por exemplo, as reflexões da geração de Bloch/Febvre, da conhecidíssima tríade (curta, média e longa duração) de Braudel (1990) e da trilogia novos problemas (1990), novos objetos (1995) e novas abordagens (1976), organizada por Le Goff e Nora.

No entanto, mesmo com esse debate ainda observamos uma grande dificuldade e, em algumas vezes, confusão nos momentos dessa definição, como o uso de recortes tradicionais da história política para delimitar estudos que se inscrevem em outras esferas da vida social. Por exemplo, no campo da história da educação ainda se faz presente o uso do recorte da história política (Colônia, Império, República) para sustentar a pertinência dos objetos da educação brasileira. Essa naturalização precisa ser discutida com mais cuidado pelos historiadores. Por exemplo, o investigador debate a educação

dos negros escravos, mas usa recortes políticos para assinalar a temporalidade final (início da República). Nesse caso, seria de se esperar que o pesquisador produzisse um recorte pertinente ao seu objeto de estudo. Igualmente, observam-se estudos no âmbito das instituições escolares e da cultura escolar que tomam os marcos da velha história política.

O recorte temporal é uma tarefa central no ofício do historiador, motivo pelo qual escrevemos este artigo, sem a pretensão de apresentar a última sentença, mas partilhar nossa experiência que resultou da definição de um recorte temporal que trata da missão francesa na USP. Desse modo, este texto faz-se a partir da proposição de uma hipótese de temporalidade, tomando o diálogo com a produção acadêmica que trata das missões francesas na USP e à luz dos documentos arquivados na França a fim de explicitar uma reflexão teórico-prática a respeito dessa tarefa fundamental ao ofício do historiador.

Hipótese de temporalidade a partir da produção acadêmica

O recorte temporal de nosso objeto partiu das reflexões dos pesquisadores, em particular dos que discutem a presença dos professores franceses nas áreas de história/geografia e das ciências sociais¹. Desse modo, ao cotejar a produção acadêmica observa-se que

¹ Nós fizemos buscas nos principais locais de busca no contexto brasileiro (Capes teses e periódicos, Google Acadêmico, Ibict). No âmbito da França realizamos pesquisas a partir do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, criado em 1985, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, sob a coordenação de Afrânio Garcia, tem um catálogo geral de teses produzidas na França sobre o Brasil. As produções tratam de diferentes contextos da história e diversos temas do Brasil, organizadas a partir de vinte e duas disciplinas. A totalidade catalogada, entre 1823 e 2019, é de 2.694 teses, tratando de temas diversos. Em buscas por disciplinas, exceto em Ciência da Terra, Direito e Economia, encontramos o seguinte quantitativo de pesquisas que se aproximam de nossa proposta de

o período entre 1934 e o início dos anos de 1950 circunscreve-se à atuação dos docentes franceses à formação da primeira geração de professores brasileiros. Na leitura de Maria Helena Capelato, Raquel Glezer e Vera Lúcia Ferlini (1994), o período entre a fundação da USP e o ano de 1951 representaria o que denominam de geração dos formadores, na qual estavam envolvidos os professores oriundos da França. Segundo essas autoras (1994, p. 351), “consideramos formadores, os primeiros historiadores uspianos, alunos e professores das primeiras turmas da Faculdade e que representaram a conjunção das preocupações intelectuais correntes no Brasil na época com a orientação dos mestres da missão francesa”.

Capelato, Glezer e Ferlini (1994, p. 349), ao debaterem o campo da historiografia, dizem que “[...] os estudos históricos partiram de um sólido e rico patamar prévio, passível de ser questionado, mas proponente de questões básicas e ordenadoras de pesquisas e polêmicas”. Na avaliação dessas autoras, “os estudos históricos no Brasil iniciaram-se há, pelo menos, um século e meio, se utilizarmos como marco instaurador a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, que estabeleceu, entre seus objetivos, a formulação da história nacional e o estudo do seu passado”². De modo sintético, elas anotam que:

Se lido de forma estreita, o surgimento de pesquisas históricas na USP pode ser entendido como total oposição a padrões vigentes. Contudo, a análise mais acurada e menos apaixonada, revela que sólidos estudos, questões polêmicas e propostas conflitantes de análise e interpretação da história nacional serviram como fertilizadores de campo profissional que se estruturava em São Paulo. (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994, p. 349).

Ao tratar da contribuição da missão francesa, Fernando Novais diz: “foi decisiva a participação da chamada missão francesa no Brasil,

investigação: (História, dez; Linguística e Literatura, três; Educação, duas; Sociologia, uma; Antropologia, uma; Geografia, uma; Política, uma).

² Astor Antônio Diehl faz uma boa síntese dessa discussão em sua obra *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*.

que veio quando da fundação da USP. Ela foi muito significativa, porque a Faculdade de Filosofia e a USP foram decisivas para a modernização das Ciências Sociais no Brasil” (NOVAIS, 1994, p. 161). De modo mais específico, Novais (1994, p. 164) reconhece a contribuição dos franceses, em especial dos que trabalhavam no campo da história:

Nas Ciências Sociais, além dos franceses, contribuíram os professores americanos e ingleses. Mas, na História, o papel fundamental foi dos franceses. Entre outros, Jean Gagé, Émile Leonard, Émile Coornaert e, naturalmente, Braudel. Todos eles de primeira qualidade. O Leonard é o principal historiador do protestantismo na França e quando veio, inaugurou uma das duas cátedras de História (havia a cátedra de História da Civilização e a de História da Civilização Brasileira).

Na interpretação de Fernando Novais há algumas diferenças entre o papel dos franceses nas ciências sociais e na história. Em primeiro lugar, ele registra que é preciso relativizar a ideia amplamente divulgada que as pesquisas tiveram início com a USP, pois sustenta que:

[...] se apreciar a trajetória da área de História da FFCL, deve-se levar em conta que, no Brasil, já se fazia História antes da criação da USP. Quando se diz que o surgimento da USP assinala a passagem do amadorismo para o profissionalismo nas ciências, isso é verdadeiro para Sociologia, Antropologia etc. No entanto, no caso da História, essa transformação não é assim tão nítida. Havia mais longa tradição e alguns historiadores de maior projeção, como Capistrano de Abreu. (NOVAIS, 1994, p. 165).

Além disso, Novais destaca que os historiadores franceses não tratavam de temas específicos do Brasil. A cadeira de História da Civilização Brasileira foi ocupada por professores brasileiros que não acompanhavam as inovações historiográficas em marcha na Europa. Logo,

A modernização da historiografia se deu, não nos temas de História do Brasil, mas, através da cátedra de História Geral da Civilização. Ou seja, pela cadeira ocupada pelos professores estrangeiros. Excepcionalmente, Leonard, especialista em História do Protestantismo, escreveu um artigo muito interessante sobre o protestantismo no Brasil. (NOVAIS, 1994, p. 165).

Ao mesmo tempo, Novais (1994, p. 165) observa que em outras áreas, os professores estrangeiros iniciaram pesquisas que tinham o Brasil em seu horizonte.

Sorte teve a Geografia, com a presença de Monbeig, porque este, naturalmente, tinha como campo de pesquisa o território nacional! O tema de Braudel era o Mediterrâneo e sobre esse tema suas pesquisas deram uma obra fantástica. Maugué, em um de seus livros, discute esse paradoxo na atividade dos professores estrangeiros em São Paulo. Conta ele que não entendia porque Braudel, aqui no Brasil, fazia sua tese sobre o Mediterrâneo no século XVI. E acrescentava que só faria uma tese, neste país, sobre um tema filosófico ligado à sua experiência em São Paulo. Como não encontrou esse tema, decidiu não elaborá-la.

Em regra, os estudantes deveriam produzir pesquisas alinhadas às cátedras. No caso de História do Brasil, Novais (1994, p. 165) afirma que “[...] em seu período de formação, ficou marcada pela orientação de historiadores tradicionais até a entrada de Sérgio Buarque de Holanda, em 1956”. Para ele, “o peculiar na História, na modernização das Ciências Sociais no Brasil através da USP, será talvez esta incidência indireta das novas correntes de pensamento” (NOVAIS, 1994, p. 166).

Na avaliação de Paulo Martinez, até meados da década de 1950, configura-se um novo espaço de produção do conhecimento. Nas palavras desse autor, “o período 1935-1956, porém, foi um momento chave da produção historiográfica brasileira, marcado pela geração do conhecimento histórico sob padrões do trabalho intelectual cientificamente orientado e a partir das estruturas de um sistema universitário” (MARTINEZ, 2002, p. 14). Observemos que esse recorte está bastante próximo do indicado por Novais. Nesse sentido,

parece existir concordância que a partir dos anos de 1930 a universidade ocuparia o lugar de produção de conhecimento que, anteriormente, ocorria em outros espaços.

Martinez sustenta que duas tendências, no período entre 1935 e 1956, indicariam o processo de alteração em curso. De um lado,

Inúmeras obras de síntese e monográficas sobre o passado brasileiro foram produzidas à margem dos estudos realizados no circuito universitário, nucleadas em distintos pontos do país e com variado grau de relevância historiográfica. Entre as mais significativas destacam-se as de Sérgio Buarque de Holanda, Ernani Silva Bruno, Mário Neme, Heitor Ferreira Lima e Maurício Goulart, em São Paulo, Gilberto Freyre e Amaro Quintas, em Pernambuco, Nelson Werneck Sodré, Octávio Tarquínio de Souza, Américo Jacobina Lacombe, Hélio Vianna, Pedro Calmon e José Honório Rodrigues, no Rio de Janeiro, e Affonso Ruy, na Bahia. (MARTINEZ, 2002, p. 17).

De outra parte, afirma Paulo Martinez (2002, p. 17)

Deu-se a própria consolidação do sistema universitário em São Paulo, iniciado em 1934, e, conseqüentemente, do padrão de trabalho intelectual implícito neste, onde as práticas do ensino e da pesquisa estavam bastante associadas. As décadas de 1930-1950 conheceram os resultados desta interação, como as teses universitárias dos historiadores da primeira geração da FFCL/USP, apresentadas entre 1942-1951, ou as obras de Roberto C. Simonsen e de Sérgio Milliet, por exemplo, derivadas de cursos que ministraram na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. As décadas seguintes assistiram à crescente inserção da FFCL/USP na vida cultural da cidade de São Paulo.

A julgar pela leitura desses historiadores, a USP não representaria a invenção dos estudos historiográficos. No entanto, é possível dizer que representaria mudança nas formas de análises. Essa interpretação pode ser encontrada nas obras *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930* e *A cultura historiográfica brasileira: da década de 1930 aos anos 1970*, escritas por Astor Antônio Diehl. Aqui ele mostra duas culturas

historiográficas. A primeira, iniciada na metade do século XIX, Diehl (1998, p. 23) denomina movimento de “teorização e metodização do passado”. A segunda está assentada à fase “da criação da universidade e seus primeiros frutos” (DIEHL, 1999, p. 26).

Igualmente, é possível sustentar essa tendência no campo das ciências sociais. Maria Armanda Arruda (1994), ao discutir a posição da sociologia, destaca que a vinda de professores franceses constituiu o momento da primeira geração que se estenderia até o início dos anos 1950, quando os alunos brasileiros produziram suas pesquisas e assumiram posições na própria USP. De certa forma, essas reflexões estendem-se às ciências sociais, pois, no início, esse curso consubstanciava as experiências de ensino e pesquisa, seja com Paul Bastide, Lévi-Strauss, mas principalmente com Roger Bastide que ficou entre 1938 e 1954 no Brasil. Nesse aspecto, a leitura de Maria Arruda reafirma essa interpretação que enxerga os anos 1950 como período que demarca a assunção de professores e pesquisadores brasileiros formados pelos docentes que estavam nas duas primeiras décadas da USP. Para ela, por exemplo, “a obra de Roger Bastide dedicada ao Brasil manifesta, incontestavelmente, a qualidade de erigir temas e conformar uma modalidade de reflexão, presente de forma atualizada e mesmo transformada nos trabalhos da primeira geração de sociólogos formados pela USP” (ARRUDA, 1994, p. 316-317). Depois disso, na síntese de Arruda (1994, p. 317), “[...] a consolidação da sociologia acadêmica em São Paulo só se realiza, plenamente, através da elaboração dos primeiros trabalhos dos sociólogos criados na Universidade”. Essa percepção guarda relação estreita com a análise de Florestan Fernandes, presente em *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento* (1977). Nessa obra, esse sociólogo escrutina que a racionalização dos modos de compreender a existência humana ou secularização dos comportamentos (fator 1) e o suporte institucional e estrutural para a pesquisa e o ensino (fator 2) são os aspectos fundamentais para historicizar a constituição das ciências sociais no Brasil. Assim, ele detalha esse processo que remonta à metade do

século XIX, cujo movimento de constituição da sociologia como ciência ganhou força entre os anos de 1930 e 1950.

Essa observação do caso da França tem um sentido pertinente à nossa pesquisa, pois ao dialogar com a produção brasileira que trata, especialmente, das ciências sociais, observa-se que a formação acadêmica da USP indicava a pretensão de ruptura com o modo de escrita dessa área do conhecimento. No âmbito das ciências sociais, conforme síntese de Enno Liedke Filho (2005), há consenso a respeito de duas grandes classificações, a saber: 1) Herança histórico-cultural da Sociologia, situando-se o período dos pensadores sociais (entre século XVIII e início do século XX) e o período da Sociologia de Cátedra (década de 1920); 2) Etapa Contemporânea da Sociologia, na qual inscrevem-se o período da Sociologia Científica (1930-1950), o período de Crise e Diversificação (1960-1980); e período de busca de uma nova identidade (a partir de 1980).

O debate da nossa pesquisa guarda relação com o segundo momento, pois “o início do período da Sociologia Contemporânea corresponde à fase de emergência da Sociologia Científica” (LIEDKE FILHO, 2005, p. 382) ou a fase denominada por Florestan Fernandes de sociologia como ciência (Fernandes, 1977). Esse momento, segundo Liedke Filho (2005, p. 382), está relacionado com “a institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil [que] ocorreu em meados da década de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934)”. Esse autor incorpora a interpretação de Florestan Fernandes para dizer que “as tentativas, de relacionar o ensino e a pesquisa em Sociologia, ainda que limitadas e parciais em ambas as instituições, demarcam o início da chamada etapa da Sociologia Científica, a qual viria a ter seu apogeu em fins dos anos de 1950” (LIEDKE FILHO, 2005, p. 382). De modo específico, Florestan Fernandes (1977) sustenta que há três momentos anteriores à consolidação da sociologia, ocorrida a partir dos anos 1950: 1) novidade intelectual – época próxima ao contexto

européu (até meados do século XIX); 2) sociologia explorada como recurso parcial (direito e sociedade; literatura e crítica social) – início da segunda metade do século XIX; 3) pensamento racional como forma de consciência e de explicação da sociedade brasileira (primeiro quartel do século XX).

Embora essas diferenças entre as tradições das ciências sociais e história, há pertinência em destacar que, nas duas áreas, a universidade se constitui como instituição responsável pela produção acadêmica, ou seja, o lugar de consagração do discurso sociológico e historiográfico, a partir dos anos 1930. Desse modo, é fecunda a ideia de analisar a presença da missão francesa nesse período que constitui as bases universitárias de formação do historiador e do cientista social no Brasil. Ou seja, o suporte institucional (FERNANDES, 1977) ou os espaços de consagração são aspectos fundamentais para constituição de uma autonomia do campo de produção científica. Assim, é possível identificar a constituição do campo acadêmico, pois emerge um grupo de especialistas (missão francesa e primeira geração de professores formados na USP), existência de instância específica de consagração (USP), formação de um mercado (SAPIRO, 2019; BOURDIEU, 1996; MICELI, 2001).

Apesar desse recorte avançar aos anos 1950, observamos que a nossa discussão mantém interlocução com a atuação de Pierre Monbeig (geógrafo) que ficou no Brasil, entre 1935 e 1946. Embora ele tenha deixado o país, antes dos anos de 1950, a discussão da missão francesa, também, perpassa por esse autor, pois como mostra Aziz Ab' Sáber (1994, p. 228):

Nos seus cursos e seminários, bem preparados, Monbeig trazia para seus alunos o melhor das contribuições dos grandes geógrafos franceses de seu tempo: Vidal de La Blache, Albert Demangeon, Max Sorre, Emmanuel De Martonne, Jean Dresch. Introduziu-nos ao conhecimento dos grandes historiadores, dotados de boa formação geográfica como Lucien Febvre, Marc Bloch e André Sigfried.

Igualmente estabelecemos diálogo com as memórias de Jean Maugué que ficou entre 1935 e 1944 na USP. De acordo com histórico produzido pelo próprio Departamento de Filosofia, “o primeiro período, que vai da fundação em 1934 até cerca de 1957, corresponde à época das Missões Francesas, isto é, de professores franceses que para aqui vieram com a tarefa específica de criar e constituir as diretrizes básicas do curso bem como formar os futuros docentes” (FACULDADE DE FILOSOFIA... s. d.; s. p.).

Observa-se um período aproximado nas experiências dessas diferentes áreas. Isto é, há um horizonte comum de que entre os anos 1930 e início 1950 ocorreu o processo de formação da primeira geração de professores brasileiros que assumiriam as principais frentes acadêmicas. Essa definição, parafraseando Fernanda Peixoto Massi (1991, p. 14), está assentada em três momentos da missão francesa. O primeiro dizia respeito aos primeiros professores que, com exceção de Paul Bastide, todos já conhecidos, vieram ao Brasil para inaugurar os cursos, ficando entre 6 meses e 1 ano (Pierre Deffontaines, geografia; Etienne Borne, filosofia; Emile Coornart, história; Paul Bastide, sociologia). O segundo momento se constituiu de professores jovens, estendendo-se entre 1935 e 1945, a saber: (Lévi-Strauss, sociologia; Braudel, história, Monbeig, geografia; Maügé, filosofia). O terceiro corresponde ao período posterior à guerra, quando há “[...] a chegada de um número maior de docentes, em geral visitantes. Não mais se justificava a contratação fixa de estrangeiros já que, a partir dos anos 50, os brasileiros formados pela Universidade, passaram a ocupar as cadeiras deixadas pelos franceses” (MASSI, 1991, p. 14).

Em síntese, a primeira estratégia para uma possível definição do recorte temporal foi dialogar com a produção acadêmica existente, pois ela indica interpretações possíveis e pertinentes. Desse modo, a partir desse balanço é possível dizer que há um horizonte comum de que entre o final dos anos 1940 e início da década seguinte houve uma alteração nas relações universitárias entre França e Brasil. O passo seguinte é cruzar essas interpretações com as fontes que acessamos

nos arquivos da França (segundo item deste artigo). Percebamos que devido a discutirmos a questão da USP, o recorte inicial está assentado à criação dessa instituição. Outro desafio à nossa proposta seria como estabelecer um corte final. Observemos que fizemos um corte na história. Mas a história pode ser dividida em pedaços? Essa foi uma das indagações de Jacques Le Goff (2014). Tal questionamento é parte do ofício do historiador, pois como sustenta esse autor francês, nós o fazemos para dominar o tempo. Porém, não é uma tarefa simples, pois é preciso significar e justificar um determinado recorte que pode estar associado a um acontecimento. No caso da nossa pesquisa, os recortes estão relacionados a dois acontecimentos: criação da USP (1934) e retorno de Roger Bastide à França (1954). Notemos que essa definição requer uma fundamentação, assim como uma compreensão do conceito de acontecimento, aspectos que discutiremos na conclusão deste artigo.

Hipótese de temporalidade à luz das fontes

O recorte temporal, indicado pelos autores citados anteriormente, precisou ser refletido a partir das consultas às fontes que estão nos arquivos da França. Nós tomamos tais interpretações como hipótese, pois a principal sustentação de uma definição temporal deve se originar das próprias fontes. Essa nota é uma das expressões representativas da máxima de que não se faz história sem documentos. Adaptando essa assertiva, diríamos que não se estabelece recorte temporal nos objetos historiográficos, sem o acesso aos documentos (sejam escritos, visuais, materiais e orais). Ou seja, é a partir da permanente reflexão do pesquisador, usando o repertório conceitual (teoria), a produção acadêmica sobre seu tema ou objeto (historiografia) e as fontes (empíria) que é possível estabelecer parâmetros aproximados para a definição de uma temporalidade.

Um desafio ao pesquisador é encontrar suas fontes. No nosso caso, descobrir em quais arquivos estavam os documentos que tratam da relação cultural Brasil-França. Esse percurso é bastante facilitado pelas leituras das obras que compõem o estado do conhecimento. Vejamos que uma profunda revisão de literatura é fundamental para toda pesquisa, pois é preciso saber quais são os debates existentes sobre um tema ou objeto que se queira investigar. Afinal, uma nova pesquisa se justifica pela percepção de lacunas e pela crença na possibilidade de ampliação das interpretações já existentes. Além disso, a leitura da produção existente tem caráter prático, pois traz pistas sobre os fundos de arquivos.

Inicialmente, seguimos as pistas indicadas por Suppo (1999), Petitjean (1996a; 1996b; 1996c) e Corrêa Lima (2009), pois em suas pesquisas assinalam em quais arquivos e em que classificações encontram-se os documentos que tratam da relação Brasil-França. Desses três, Petitjean foi o que mais discutiu a missão francesa nas universidades brasileiras, assim como em seus capítulos indica em notas de rodapés a organização dos documentos no Arquivo Diplomático e nos Arquivos Nacionais. Essas informações foram fundamentais para o processo de busca de informações nesses arquivos já citados. Ao acessar os fundos notamos que há muitas caixas com documentos que tratam das relações culturais entre Brasil-França, o que nos obrigou a acessar todas aquelas indicadas por Petitjean e mais as outras que tratam do conjunto das missões culturais. Esse movimento foi necessário, pois precisávamos ter uma percepção do conjunto das ações da França, muito embora as teses de Suppo (1999) e Rodrigues Pereira (2014) analisem de modo profundo as políticas culturais externas entre 1920 e 1970. No entanto, nos demais cartões (caixas) localizamos muitos documentos que se referem às missões francesas nas universidades brasileiras. Os textos escritos por Petitjean, ao menos aqueles que acessamos, discutem a missão universitária até 1940. Em razão de nosso recorte avançar até os anos de 1950, fizemos buscas nos arquivos até final da década de

1960, pois precisávamos ter uma visão dos desdobramentos das relações entre franceses e brasileiros no âmbito universitário.

A julgar pela quantidade de fontes que há a respeito das missões francesas, podemos dizer que é uma tarefa hercúlea a pretensão de usá-las na sua totalidade. De modo mais específico, observamos que há muitas pastas organizadas e por assuntos variados, destacando-se as áreas mais comuns: assuntos jurídicos, religiosos, militares, administrativos, políticos, econômicos, culturais, científico e tecnológico. Em geral, as questões que diziam respeito aos assuntos estrangeiros perpassavam todas essas áreas. Assim, fizemos buscas nas áreas mais gerais, além da pesquisa na organização que trata especificamente da missão cultural e científica no Brasil.

No entanto, para os fins deste artigo buscamos identificar evidências para compreender os sentidos das missões francesas na USP e fundamentar nosso recorte de pesquisa. De modo objetivo foi preciso encontrar evidências do que significava a criação da USP e o que ocorria entre o final dos anos 1940 e a primeira parte da década seguinte para fundamentar com alguma precisão esse recorte. Com relação ao significado da USP merece indicação de partes de uma nota de Pingaud, Cônsul da França em São Paulo, com data de 23 de fevereiro de 1934. Inicialmente se informa que por meio de decreto de 25 de janeiro houve a criação dessa instituição, sob a coordenação do Interventor Federal de São Paulo, Armando Sales Oliveira, de seu sogro Julio de Mesquita Filho, Diretor do jornal O Estado de São Paulo e Teodoro Ramos, antigo secretário de estado da educação e saúde pública. Depois disso, anuncia o que podemos interpretar como horizonte de expectativa, usando um conceito de Koseleck (2006).

São Paulo, possuindo uma superioridade econômica e financeira incontestável em todo o Brasil, compreende ter igualmente uma superioridade intelectual e técnica, suscetível de subtrair “politicamente” os outros estados da República Federal – para a formação de uma democracia liberal segundo as maneiras francesas. (PINGAUD, 1934, p. 1).

É importante assinalar que as relações entre os franceses, particularmente sob a liderança de Georges Dumas e Mesquita Filho tinham se aprofundado desde os anos 1920, conforme indicam os próprios documentos e as pesquisas que tratam da missão francesa no Brasil (Suppo, 1999; Petitjean, 1996). Essa relação estreita ajuda a entender o tom elogioso da citação anterior, mas indica, também, que havia uma universidade em gestação que reunia lideranças culturais e políticas de São Paulo e da França.

Essa criação não é somente o projeto de um governante de passagem, francófilo, anti-fascista e anti-racista; ela responde às necessidades de uma elite social (apoiada sobre uma organização eleitoral bastante avançada, tornando difícil o sucesso de todos os demais grupos daqui) que demanda sua cultura à França, e de uma massa que tende para um caminho de radicalismo conservador, desprovido do sentido revolucionário. Em resumo, a Universidade de São Paulo deseja ser um instrumento do imperialismo intelectual paulista no Brasil. (PINGAUD, 1934, p. 1-2).

O tom entusiasmado dos franceses com o projeto dos paulistas seguia nessa primeira nota referente à criação da USP que nós encontramos. É preciso entender que o contexto da criação dessa universidade paulista estava imerso na disputa pela interpretação da mudança política do Brasil, em 1930. As tradicionais frações dos grupos dominantes venceram as eleições, mantendo o domínio histórico dos estados de Minas Gerais e São Paulo. Entretanto, sob a regência de lideranças do Rio Grande do Sul e outras forças políticas brasileiras, acusou-se o processo eleitoral de fraudulento, organizando a tomada do poder por meio da força. Os anos seguintes se definiram por intensas disputas para cravar sentidos para esse momento da história brasileira.

As lideranças políticas paulistas buscaram estabelecer ações a fim de retomar o poder. De acordo com Capelato (1981, p. 52), “vitoriosa a revolução de 30, as diferenças não tardaram a vir à tona. A oposição paulista não realizava seus anseios de estar à frente do Governo do Estado, e não aceitava a política do Governo Provisório”.

No plano político, conforme observa Miceli (2001, p. 101), tentaram “recompor por meio de uma frente única paulista (PRP e PD), cujo programa em defesa da constitucionalidade recebe a adesão de diversas entidades representativas dos profissionais liberais (médicos, engenheiros e advogados)”. Essa composição política desencadeou, “em 1932, um movimento armado com o objetivo de derrubar a coalização vitoriosa em 1930. Após a derrota ante as forças militares fiéis ao novo regime, a frente única recobra ânimo com a montagem de uma chapa única eleitoral intitulada ‘Por São Paulo Unido’, vitoriosa em maio de 1933” (MICELI, 2001, p. 101).

Há intensa produção acerca do movimento de 1932, conforme sintetiza Felipe Castanho Ribeiro (2017). Nesse amplo universo, ele (2017, p. 237) sustenta que:

A questão da autonomia política do estado paulista realmente parece ter sido a causa paulista. Como vimos, mesmo que indiretamente, tanto os trabalhos que apontam para este caminho, como o livro da Capelato, intitulado O movimento de 1932 – a causa paulista, quanto os trabalhos que pontuam São Paulo como a vanguarda política que lutava pela reconstitucionalização do país, a questão da independência administrativa do estado, cerceada desde a revolução de 1930, se faz presente. De certo modo, é a única questão efetivamente presente em todos os trabalhos analisados.

Em certo sentido, a síntese da citação anterior pode ser observada na crítica de Francisco Quartim de Moraes (2016, p. 6) de que há “uma explicação predominante do levante de 9 de julho de 1932, em São Paulo, que o atribui, essencialmente, quando não integralmente, à vontade de ‘reconstitucionalizar’ o país”. Esse autor nos ajuda a posicionar esse debate ao objeto de nossa pesquisa ao dizer que “o levante militar iniciado em São Paulo foi consagrado como ‘Revolução Constitucionalista’. É o evento mais celebrado na História do Estado, apesar da derrota paulista. Ficou para a historiografia que São Paulo perdeu, mas venceu” (MORAES, 2016, p. 8).

O problema da perda do domínio do poder federal tem um peso bastante considerável no sentido que o grupo político paulista produz sobre o contexto do início da década de 1930. Nessa direção, merece destaque, a passagem seguinte:

Um dado histórico fundamental para compreender o antigitulismo da oligarquia paulista foi a perda da hegemonia nacional que ela vinha exercendo, desde 10 de março de 1894, quando Prudente de Moraes, candidato único à sucessão de Marechal Floriano Peixoto, foi eleito presidente. A Revolução de 1930, além de por fim ao controle sobre o poder federal que São Paulo havia mantido durante a República Velha, em alianças com Minas Gerais, deixou incerto o estatuto de ampla autonomia estadual, que a Constituição de 1891, acentuadamente federalista, conferia aos Estados. (MORAES, 2016, p. 41).

Além disso, o domínio em São Paulo estava ameaçado, pois como bem assinala Quartim de Moraes (2016, p. 41), “os círculos dominantes da política paulista se sentiam, pois, não somente seriamente lesados pela perda de sua posição hegemônica no âmbito federal, mas também ameaçados de perder a autonomia estadual”. Esse embate ocorria no contexto em que “a classe dominante paulista queria recuperar a autonomia de São Paulo, mesmo porque com isso seria possível readquirir o controle do Estado” (CAPELATO, 1981, p. 57).

Os principais líderes que construíram uma representação positiva do movimento de 1932 produziram uma visão que pretendia-se universal entre os paulistas, eclipsando outras imagens, como bem documenta a dissertação de Francisco Moraes (2016). As duas derrotas motivaram a realização de diagnósticos, identificando as suas razões. De imediato, as principais lideranças atribuíram às traições de seus aliados, seja externos a São Paulo ou internos. Nesse grupo merece atenção a acusação de “[...] traição ideológica de alguns dos políticos e intelectuais do movimento que eram inimigos de Vargas, mas que pouco tempo após a guerra, passaram a apoiá-lo” (MORAES, 2016, p. 50-51).

Essa interpretação é construída pelos políticos paulistas, pois conforme observa Capelato (1981, p. 51), os articuladores do movimento de 1932 diziam que “a Revolução de 30, feita em nome do Brasil, era contra São Paulo; 32 será a Revolução de São Paulo pelo Brasil”. Por outro lado, registra Capelato (1981, p. 51), “os adversários do Movimento construíram a imagem de uma ‘luta separatista na qual São Paulo se levanta contra a Nação’”. Essas duas imagens são emblemáticas para compreender a disputa que estava em marcha, pois, segundo Quartim Moraes (2016, p. 45), “as piores acusações que o movimento enfrentou era o caráter separatista e regionalista, assim como sua função estritamente política de restabelecer o controle político federal (perdido na Revolução de 1930) que permitia a São Paulo garantir sua desejada autonomia”. De outra parte, sustenta Moraes (2016, p. 45), “o discurso paulista era sempre recheado de argumentos morais. Não se lutava para retomar a hegemonia mas sim pela civilidade e pela honra de São Paulo”.

Essa leitura impulsiona a organização orquestrada por Armando de Sales Oliveira, uma das principais lideranças e responsável pela aglutinação das forças da oligarquia paulista. As derrotas tinham raízes, na leitura dos paulistas, na ausência de lideranças culturais e políticas. Essa ideia é sintetizada por Sergio Miceli ao dizer que “[...] os dirigentes da oligarquia paulista atribuem as derrotas sofridas em 1930 e 1932 à carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural” (MICELI, 2001, p. 101). Após esse diagnóstico, os paulistas passam a defender estratégias para superação das causas reconhecidas. É com base nessa leitura que o grupo constrói uma representação favorável de si mesmo e do próprio lugar de São Paulo na história brasileira. Conforme destaca Miceli (2001, p. 101), “[...] escorados nesse diagnóstico, passam a condicionar suas pretensões de mando no plano federal à criação de inesperados instrumentos de luta: a Escola de Sociologia e Política, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no contexto da nova Universidade de São Paulo”.

Imbuídos dessa expectativa e inseridos no contexto de expansão cultural e política da França, os professores estrangeiros estavam envolvidos com a formação de docentes brasileiros na USP até meados da década de 1950. Depois disso, outros franceses desenvolveram atividades na universidade paulista. É importante observar que este recorte temporal tem relação com o problema de nossa pesquisa, cuja preocupação é problematizar a relação entre a missão francesa e a constituição do campo acadêmico brasileiro. Ou seja, é nesses termos que entendemos que um recorte deve articular as fontes (empíria), a produção acadêmica existente e os conceitos (no nosso caso, o conceito de campo acadêmico).

O recorte final desta pesquisa é 1954. Esse ano representa a mudança que estava em curso desde os últimos anos da década de 1940. A partida de Roger Bastide é simbólica porque encerra um processo de formação de professores brasileiros. Assim sendo, caracteriza um duplo sentido: a abertura de um percurso formativo da USP que passou a ser coordenado por docentes brasileiros e o desfecho de uma expectativa que nascia em 1934. Esse significado pode ser notado a partir da entrevista de Bastide, concedida à Irene Cardoso, em 18 de agosto de 1973 e publicada em 1987 que faz referência à abertura de possíveis com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

Eu penso que o ponto de partida era que aqui existia uma formação de técnicos – médicos e engenheiros – e não existia uma faculdade de pensamento e crítica, de humanismo, se assim se pode dizer. Não para dar novos postos, novas situações profissionais, mas para desenvolver um espírito diferente, que existia na Europa, mas que não existia ainda no Brasil. (BASTIDE, 1987, p. 182).

Em outra passagem é possível ver a abertura de possíveis na USP, quando Bastide narra sua condição de professor e a relação com a produção de pesquisas.

[...] desenvolver a Sociologia, em primeiro lugar, porque era professor de Sociologia; em segundo lugar desenvolver na

Sociologia, como dizer, o espírito de uma sociologia brasileira. No começo pedi muitas pesquisas empíricas, porque aqui as pessoas gostavam de uma sociologia impressionista, uma sociologia muito bonita, muito linda, mas fora da realidade. Eu pedi muitos estudos de Sociologia empírica aos alunos. Mas depois, quando uma Sociologia brasileira apareceu, eu pedi para fazer teoria. (BASTIDE, 1987, p. 188).

Já 1954 representou o desfecho do sentido da missão francesa no Brasil, pois no final de 1953 Florestan Fernandes concluiu seu doutoramento e livre-docência, passando a assumir o lugar de Roger Bastide. Em 1938, ao chegar a São Paulo, ele afirma que Mesquita Filho lhe disse: “o senhor deve ficar aqui muito tempo, porque o dever do senhor é não só formar estudantes, mas também formar um outro professor brasileiro, paulista, para tomar o seu lugar” (BASTIDE, 1987, p. 185).

O Florestan foi o último [1953]. E aqui fui obrigado a ficar um pouco mais tempo. Porque ele não tinha ainda o doutoramento. Pensava em sair em 51, porque em 51 obtive um lugar na Escola da França. Mas Florestan ainda não era doutor, não podia tomar meu lugar. Eu fiz assim, passava seis meses na França, seis meses aqui e depois que ele se tornou doutor, eu saí... (BASTIDE, 1987, p. 186).

A relação universitária entre França e Brasil começou a sofrer alteração logo após a liberação da França (agosto de 1944). Os documentos indicam uma preocupação da França com a forte presença norte-americana no Brasil, o que representava uma concorrência com a tradição europeia. Em 1945, em Programa de Ação para 1945, feito por Raymond Warnier, responsável por assuntos culturais da Embaixada da França no Brasil, é possível perceber que se avaliou dois aspectos da missão. O primeiro dizia que muitos professores desejavam ou deveriam retornar à França. Nesse quesito dois obstáculos foram indicados: de um lado, o caráter temporário ou acidental da missão desde 1939. De outro, a necessidade de reavaliar a gama de especialidades ensinadas pelos franceses. Imediatamente, o relator destaca que “em São Paulo o

ensino é atribuído segundo um plano que reserva à França as disciplinas literárias, à Alemanha e à Itália as disciplinas científicas. Há necessidade de negociar uma revisão dessa repartição e propor professores franceses de ciências e tecnologia” (WARNIER, 1945, p. 1). O segundo aspecto se referia à ideia de André Dreyfus (professor brasileiro da USP, na área de Biologia) de que “somente são eficazes os professores que fazem escola, formam discípulos, organizando na faculdade estudos, pesquisas, laboratórios, publicações de um domínio determinado” (WARNIER, 1945, p. 1). O relator observa que esse princípio de Dreyfus implicaria que “a missão de nosso professor termina quando ele formou um substituto brasileiro. Daí a necessidade de renovar as disciplinas, segundo as necessidades das universidades brasileiras” (WARNIER, 1945, p. 1).

O relatório apontava uma dificuldade diante das possibilidades que se apresentavam. De uma parte, a imprecisão do governo brasileiro para dizer quais as necessidades reais. De outra, os limites para saber quais especialidades a França poderia dispor para uma necessidade determinada. O que se considera importante para o objetivo deste artigo é a sinalização de novas expectativas a partir de 1945. Com efeito, ao olharmos os documentos até o final dos anos 1960, notamos que, além de continuar a vinda de professores das ciências humanas por um período curto ou na condição de visitantes ou conferencistas, houve investimento em docentes das mais variadas áreas (matemática, biologia, medicina, engenharia, agronomia, geologia, arqueologia) e envio de professores para universidades de outras regiões, principalmente do nordeste. Ou seja, aquela expectativa do relatório de 1945 se configurou nos anos seguintes. Mais do que isso, em 1948, foi aprovado Acordo Cultural Brasil-França que previa uma comissão mista para discutir os caminhos dessas relações, assim como previa a criação de cooperação técnico-administrativa, cujo projeto encontramos com data de 1958.

Em síntese, ao cotejarmos os documentos observamos que a delimitação de Fernanda Massi é muito pertinente, pois a partir do fim da Segunda Guerra se incluiu outra forma da presença de

professores. Ou melhor, passou a existir uma nova configuração, pois houve maior número de visitantes por períodos mais curtos, mas sem cancelar a permanência por contrato longo de outros, como foi o caso de Roger Bastide. O grupo de docentes que chegou ao Brasil em 1938 com contrato de três anos ficou até o final da guerra, pois a Europa estava em conflito. Logo, alguns docentes retornaram à França, como foi o caso de Pierre Monbeig que partiu em dezembro de 1946. Em nossa avaliação, o período pós-guerra inicia um processo de transição das relações universitárias entre Brasil e França, cuja alteração poderá ser observada em meados da década de 1950, simbolicamente representada pela partida de Roger Bastide, remanescente do grupo do segundo momento indicado por Massi. No entanto, dado que nosso problema é discutir a missão francesa na USP e a constituição do campo acadêmico brasileiro, mais importante do que dividir o período entre 1934 e 1954 como bem faz Fernanda Massi, é mostrar que entre 1945 e 1954 ainda estava presente o projeto de formação de professores brasileiros para assumirem postos na USP. Esse movimento indica as lutas e estratégias para constituição do campo acadêmico a partir da criação de um espaço universitário (USP) e da formação de especialistas. Nesse sentido, após acessarmos as fontes é possível sustentar que nosso recorte guarda relação com as indicações de Capelato, Glezer, Ferlini (1994) e Arruda (1994) que sustentam que a partir de meados de 1950 a primeira geração de docentes brasileiros assumiu os postos de direção de pesquisa na USP, especialmente nas áreas de história e ciências sociais. Pelo exposto, consideramos sustentável a manutenção desse recorte temporal, pois permite observar um duplo movimento da missão francesa, desde a presença contínua a partir de 1934 até sua presença temporária e dispersa depois de meados de 1940 e início dos anos 1950.

Conclusão

Em geral, os estudos que tratam de instituições ou de intelectuais associados a espaços culturais definem suas temporalidades iniciais, às vezes as finais, de acordo com a criação ou o desaparecimento de uma organização. Em princípio, parece menos problemático o recorte inicial de uma pesquisa. Porém, a delimitação do encerramento de uma investigação é cercada por muitas dificuldades, principalmente, quando determinado grupo ou instituição ainda permanece existindo (escola, igreja, revista, jornal, etc.). Em alguns casos, observamos que os estudos encerram-se no ano da realização da própria pesquisa. *A priori*, não há problema que se encerre no ano da conclusão da pesquisa, desde que o recorte apresente uma fundamentação.

Embora a definição inicial de uma pesquisa se mostre mais fácil, isso não implica em renunciar a certas exigências, pois o historiador precisa mostrar determinado acontecimento no interior de diferentes contextos. O recorte na data de criação de uma instituição, como é o nosso caso, não é autoexplicativo. Em geral, é tomado como autoexplicativo, pois nada parece mais lógico e cristalino do que dizer que nosso objeto somente existe porque aquela organização foi criada. Não é tão lógico e cristalino assim. Já o recorte final é emblemático ao historiador, pois precisa encontrar uma ruptura. Dada a dificuldade, parece mais cômodo utilizar os recortes tradicionais, como educação no Império, na República, na Era Vargas. Esse nosso mal-estar tem a ver com o movimento historiográfico assinalado pela coletânea organizada por Le Goff e Nora (novos objetos). Se os temas se multiplicam, a ponto de François Dosse (1994) dizer que chegamos à história em migalhas, as justificativas dos recortes devem estar associados às especificidades dos objetos. Alguém poderá argumentar que essa multiplicidade de temporalidades invisibiliza a própria realidade. Essa crítica pode ser pertinente, mas nossa discussão não

se trata disso, mas da multiplicação de objetos que exige que façamos recortes de acordo com suas peculiaridades.

Apesar dessas críticas iniciais, ainda permanecemos com o recorte na criação da USP já que nosso objeto diz respeito à missão francesa nessa instituição. A fundação dessa universidade é um acontecimento. O recorte final (1954) de nosso objeto é bastante singular, pois se caracteriza pela partida de Roger Bastide, após dezesseis anos no Brasil. Logo, o retorno desse professor à França é outro acontecimento. Mas o que é acontecimento? Nesse questionamento está a compreensão conceitual de tempo na escrita do historiador. Essas duas datas que assinalam os recortes de nossa pesquisa não são apenas sinais do calendário. Ao pesquisador cabe fundamentar os sentidos desses recortes. A justificativa requer que se compreenda o que ocorria antes de 1934 e o que acontecia depois de 1954. Esse duplo movimento tem relação com a compreensão do que seja acontecimento. O sentido mais simples desse termo é associar e tentar entender a USP no próprio ato oficial de sua criação ou o retorno de Bastide à França à sua decisão pessoal.

Entretanto, os sentidos das definições de recortes de tempo na pesquisa historiográfica estão na própria compreensão de determinado acontecimento. Essa discussão nos remete às reflexões de Bourdieu, ao tratar o Maio 1968 como acontecimento.

A atenção imediata ao imediato que, mergulhado no acontecimento e nas impressões que ele suscita, isola o momento crítico, assim constituído como totalidade limitando em si mesma sua explicação, introduz desse modo uma filosofia da história: ela leva a pressupor que há na história momentos privilegiados, de qualquer forma mais históricos que os outros. (BOURDIEU, 2013, p. 208-209).

De outra parte, “a intenção científica ao contrário visa recolocar o acontecimento extraordinário na série dos acontecimentos ordinários, no interior dos quais ele se explica” (BOURDIEU, 2013, p. 209). Esse sociólogo francês destaca a necessidade de compreender um acontecimento na relação aos acontecimentos anteriores

(chamados por ele de acontecimentos ordinários). Gilles Deleuze e Félix Guatari (2015, p. 119), ao tratarem do Maio 1968, dizem que “[...] o próprio acontecimento, por mais antigo que seja, não se deixa ultrapassar: ele é abertura de possível. Ele passa para dentro dos indivíduos, tanto quanto para dentro da espessura de uma sociedade”. Esse duplo sentido do acontecimento parece muito interessante para nossa discussão, pois François Dosse (2013, p. 6) assinala que acontecimento é entendido “[...] como resultado e como começo, como desfecho e como abertura de possíveis”. Ou ainda, “o acontecimento nos revela subitamente algo escondido no passado que vem à tona para mudar o trajeto. Logo, ele seria ao mesmo tempo que começo, a conclusão desse começo obscuro até o rompimento temporal que ele encarna” (DOSSE, 2013, p. 128).

Portanto, o período 1934-1954 representa a abertura e o desfecho de possibilidades no ensino superior brasileiro. A USP, em particular a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na sua origem, trazia professores estrangeiros para ensinar e formar novos docentes para dar continuidade às atividades da própria faculdade, cuja ideia pode ser apreciada nas citações que fizemos da entrevista de Roger Bastide e do relatório do Programa para 1945. Assim sendo, esperamos ter justificado e fundamentado nosso recorte temporal que está assentado em duas datas, mas cuja significação está compreendida nas relações com os acontecimentos anteriores e posteriores.

* * *

Referências

AB'SÁBER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 8, v. 22, p. 221-232, 1994.

- ARRUDA, M. A. N. A trajetória da pesquisa na Sociologia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 315-324, 1994.
- BASTIDE, R. In: CARDOSO, I. Entrevista com Roger Bastide (1973). *Discurso*, n. 16, 181-197, 1987.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença, 1996.
- _____. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2013.
- BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa: Presença, 1990.
- CAPELATO, M. H. GLEZER, R.; FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de História. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 349-358, 1994.
- CAPELATO, M. H. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, I. *A Universidade da comunhão paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- DIEHL, A. A. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1998.
- _____. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1999.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1994.
- _____. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador – entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: UNESP, 2013.
- DELEUZE G.; GUATTARI, F. Maio de 68 não ocorreu. *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 119-121, 2015.
- FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP. Departamento de Filosofia. Histórico do departamento. São Paulo: s. d.; s. p. Disponível em: <http://www.filosofia.fflch.usp.br/departamento/historico>. Acesso em: 17 jun. 2019.
- FERNANDES, F. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LE GOFF, J. *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Unesp, 2014.
- LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

- _____. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- _____. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LIEDKE FILHO, E. D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 376-437, jul./dez. 2005.
- LIMA, L. C. *Fernand Braudel e o Brasil – vivência e brasilianismo – 1935-1945*. São Paulo: Edusp, 2009.
- MARTINEZ, P. H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935- 1956): notas para estudo. *Revista de História*, São Paulo, n. 146, p. 11-27, 2002.
- MASSI, F. P. *Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- MICELI, S. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-45). In: _____. (Org.). *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 69-291.
- MORAES, F. Q. *O levante de 1932: fatores econômicos e políticos*. Dissertação, (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- NOVAIS, F. Braudel e a “missão francesa”. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 161-166, 1994.
- PEREIRA, M. R. *La politique culturelle française au Brésil de 1945 à 1970: institutions, acteurs, moyens et enjeux*. Thèse (Histoire) – l’Université de Strasbourg, Strasbourg, 2014.
- PETITJEAN, P. Ciências, impérios, relações científicas franco-brasileiras. In: HAMBURGER, A. I. et al. (Org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 25-39.
- _____. Entre ciência e diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina (1900-1940). In: HAMBURGER, A. I. et al. (Org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 89-142.
- _____. As missões universitárias francesas na criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). In: HAMBURGER, A. I. et al. (Org.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 259-330.
- PINGAUD, J. *Note*. (Consulado de São Paulo). 23 de fevereiro de 1934.

-
- RIBEIRO, F. C. A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 226-247, 2017.
- SAPIRO, G. Repenser le concept d'autonomie pour la sociologie des biens symboliques. *Biens symboliques/Symbolic Goods*, Paris, n. 4, p. 02-50, 2019.
- SUPPO, H. R. *La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950*. Thèse (Histoire) – Université Paris III/Sorbonne Nouvelle, Paris, 1999.
- WARNIER, R. *Programme d'action pour 1945 (Note II)*. Ambassade de la République Française au Brésil, 1945.
-

Recebido em 22 de outubro de 2019.
Aprovado em 22 de dezembro de 2019.